



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br

WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(as).

Destaque

Bets e famílias do Brasil

Siga as redes sociais da FERAESP



Fundada em 1989

Inflação
Mês de referência: agosto de 2026
Últimos 12 meses

INPC: 3,98%

IPCA: 4,22%



O fortalecimento das entidades sindicais é essencial para garantir direitos, ampliar conquistas e dar voz organizada aos trabalhadores(as)

BETS jogam famílias brasileiras no fundo do poço



As apostas esportivas online, conhecidas como bets (aposta em inglês), transformaram-se em um enorme mercado internacional na última década. Em diferentes países, governos adotaram caminhos distintos: alguns mantiveram a proibição, enquanto outros optaram pela regulamentação, com regras para publicidade, fiscalização, proteção de consumidores e prevenção da dependência em jogos. No Brasil, depois de uma rápida expansão do mercado, o governo federal adotou, em setembro de 2026, uma mudança necessária: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou a Medida Provisória nº 1.394/2026, que proíbe a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das apostas de quota fixa no território nacional. A medida também alcança os jogos online associados às plataformas, incluindo modalidades como os chamados cassinos virtuais. A MP entrou em vigor imediatamente, mas sua permanência depende da análise e aprovação do Congresso Nacional.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de Guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.



Fundada em 16 de abril de 1989

INFORMATIVO FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Azarias Leite, 16-30. Vila Mesquita - CEP: 17014-400. Bauru/SP

Telefone: (14) 3879-5198 - WhatsApp (14) 99873-9557 - E-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP

O tamanho do problema econômico

Os números ajudam a dimensionar a expansão das apostas no país.

Segundo levantamento do Comsefaz (Comitê Nac. de Sec. Estad. Fazenda), baseado em dados do Banco Central, as famílias brasileiras tiveram perdas líquidas de R\$ 62,5 bilhões com apostas em 2025. O cálculo considera a diferença entre os valores transferidos pelos apostadores e os valores devolvidos em prêmios. No mesmo período, as plataformas movimentaram aproximadamente R\$ 351 bilhões em transferências via Pix.

Os R\$ 62,5 bilhões correspondem a aproximadamente 0,68% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias.

O levantamento também encontrou um dado especialmente relevante para o debate social: depois da restrição às apostas para beneficiários do Bolsa Família, houve desaceleração nas transações destinadas às plataformas. Para o Comsefaz, o resultado sugere uma participação significativa das famílias de menor renda nesse mercado.

Ou seja, não se trata apenas de entretenimento. Uma parcela expressiva dos recursos que poderiam ser destinados ao consumo, à alimentação, ao pagamento de contas ou à formação de poupança passou a circular pelo mercado de apostas.

Bets e endividamento das famílias

Outro sinal de alerta aparece nos estudos sobre endividamento.

Pesquisa realizada pelo Ibevar em parceria com a FIA Business School, utilizando dados de 2011 a 2025, identificou as apostas online como o principal fator associado ao endividamento das famílias entre as variáveis analisadas.

O coeficiente associado às apostas foi de 0,2255, enquanto o impacto estatístico dos juros ao consumidor foi de 0,0709 e o do crédito sobre a renda, de 0,0440. O estudo também estimou que um aumento de 1% nas apostas estaria associado a uma elevação de aproximadamente 0,23% no endividamento.

Os números não significam que cada dívida familiar seja causada por uma aposta. Eles mostram, porém, uma associação estatística relevante entre a expansão das apostas e o aumento do endividamento.

Esse aspecto é particularmente preocupante porque as bets vendem uma promessa de ganho rápido, enquanto o resultado econômico agregado do sistema é necessariamente assimétrico: para que alguns apostadores recebam prêmios, a maioria dos recursos apostados permanece com as plataformas.



O impacto sobre a economia

O problema também ultrapassa o orçamento individual.

Pesquisa do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades)/FEA-USP (Faculdade de economia da Universidade de São Paulo) estimou que as apostas podem ter reduzido o consumo e a atividade econômica brasileira em até R\$ 141 bilhões em 2025. A própria FEA-USP registrou a repercussão do estudo, que relaciona a expansão das bets à redução de recursos disponíveis para outras formas de consumo.

É importante distinguir esse número dos R\$ 62,5 bilhões calculados pelo

Comsefaz: o primeiro é uma estimativa do impacto econômico, enquanto o

segundo representa uma perda líquida das famílias calculada a partir dos fluxos financeiros das apostas.

Essa diferença metodológica é importante, mas os dois indicadores apontam para a mesma questão: o dinheiro destinado às bets deixa de cumprir outras funções dentro do orçamento das famílias e da economia.

O argumento da saúde pública

O debate não é apenas econômico.

Ao anunciar a MP, o Ministério da Saúde informou que mais de 1,3 milhão de brasileiros já haviam solicitado autoexclusão das plataformas de apostas. Segundo o governo, 51% dessas pessoas declararam relação entre as apostas e problemas de saúde.

Na mesma apresentação, o Ministério da Saúde citou estimativa de R\$ 38,8 bilhões de custo social anual associado às apostas eletrônicas, considerando fatores como perda de produtividade, afastamentos do trabalho e utilização de serviços de saúde.

O governo também informou que o SUS ampliou o atendimento relacionado à saúde mental e ao transtorno do jogo.

Esses dados ajudam a colocar uma questão central no debate: quando uma atividade comercial produz custos relevantes para famílias, trabalho e saúde pública, até onde deve ir a liberdade de exploração desse mercado?

Uma mudança importante na política brasileira
A decisão representa uma mudança significativa de orientação.
Em 2023, o governo Lula sancionou a Lei nº 14.790, que regulamentou as apostas de quota fixa no Brasil.
Três anos depois, o mesmo governo passou a defender a interrupção desse mercado e editou a MP 1.394/2026.
A mudança pode ser compreendida diante da dimensão que o mercado alcançou e dos problemas associados às apostas: R\$ 62,5 bilhões de perdas líquidas das famílias em 2025, centenas de bilhões de reais movimentados via Pix, associação com o endividamento e evidências de custos sociais e de saúde.
A MP também não se limita ao bloqueio das plataformas. O pacote anunciado pelo governo inclui medidas de combate às operações ilegais, regras para impedir pagamentos destinados às plataformas proibidas e um projeto de lei que propõe criminalizar determinadas condutas relacionadas à exploração, divulgação e facilitação financeira das apostas ilegais.

E agora?
A MP 1.394/2026 já está produzindo efeitos, mas sua transformação em uma proibição permanente depende do Congresso Nacional. Enquanto isso, as novas apostas estão proibidas e foi estabelecido um cronograma para que os usuários retirem os saldos existentes. Os sites e aplicativos devem ser bloqueados a partir de 6 de outubro de 2026, segundo o cronograma oficial.

CUT: Plano de Bolsonaro é acabar com a organização da classe trabalhadora



Férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, jornada limitada, licença-maternidade, adicionais por trabalho perigoso ou insalubre e reajustes acima da inflação. Esses e muitos outros direitos não foram presentes de patrões nem concessões espontâneas de governos. Foram conquistados pela organização, pelas greves e pela pressão do movimento sindical. É justamente essa capacidade de organização coletiva que o plano de governo do candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, pretende enfraquecer.

reprodução: CUT

Intitulado “Para o Brasil Vencer o Atraso”, o programa dedica uma seção ao tema sindical sob o título “O trabalhador em primeiro lugar, não o sindicato”. A frase tenta colocar em lados opostos o trabalhador e a entidade criada para representá-lo.

O plano defende a ampliação da negociação direta entre empresas e empregados, a prevalência do negociado sobre o legislado e a flexibilização das regras de contratação. Na prática, quer deixar cada trabalhador sozinho diante de quem controla o emprego, o salário e o poder de demitir.

A suposta liberdade de negociação, portanto, esconde uma relação profundamente desigual. Sem a organização coletiva, a escolha oferecida ao trabalhador muitas vezes se resume a aceitar as condições impostas ou perder o emprego.

“O projeto de acabar com os sindicatos tem o objetivo de eliminar a resistência da classe trabalhadora à exploração total!! É o mesmo projeto que está por trás da reforma trabalhista!! E de lá pra, desde 2017, o que aconteceu? A precarização do trabalho só aumentou”, diz a secretária nacional de Organização Sindical da CUT, Graça Costa.

Liberdade para quem?

Como é de costume da extrema direita desqualificar toda e qualquer iniciativa de proteção da classe trabalhadora, Flávio Bolsonaro afirma que sindicatos e dirigentes colocam seus próprios interesses acima dos interesses dos trabalhadores. Também critica a participação sindical na formulação de políticas públicas, embora a Constituição determine que cabe aos sindicatos defender os direitos coletivos e individuais das categorias e participar das negociações coletivas.

O discurso da “liberdade individual”, disseminada pelo candidato serve de base para propostas que hipoteticamente reduzem o custo da contratação para as empresas e colocam os ônus na costas do trabalhador e da trabalhadora. O programa prevê contratos com menor custo na folha para jovens de 18 a 24 anos e modalidades consideradas “mais atrativas” aos patrões para pessoas com mais de 50 anos que estejam desempregadas há pelo menos 12 meses.

Em vez de propor empregos melhores, salários maiores e proteção social, o plano transforma a redução de direitos em vantagem para a contratação.

A receita não é nova. Durante o governo de Jair Bolsonaro, a chamada Carteira Verde e Amarela também tentou estimular empregos por meio da diminuição de encargos e garantias trabalhistas. O resultado dessa lógica é separar trabalhadores que exercem funções semelhantes, mas recebem proteção e direitos diferentes.



Esta não é uma discussão abstrata. A limitação da jornada de trabalho também foi conquistada pela mobilização sindical. A jornada de oito horas esteve entre as reivindicações da Greve Geral de 1917. Décadas depois, a pressão dos trabalhadores durante a Constituinte garantiu a redução do limite semanal de 48 para 44 horas.

Como mostra a história, se dependesse apenas dos interesses empresariais, essas mudanças dificilmente teriam ocorrido.

Flavio desmerece o Bolsa Família

A ausência de propostas concretas para melhorar a vida da população de baixa renda também aparece no discurso de Flávio Bolsonaro sobre o Bolsa Família.

Depois de o governo federal anunciar um reajuste de 15,04% no benefício, elevando o valor mínimo de R\$ 600 para R\$ 691, o candidato chamou o aumento de “ilegal”, classificou os R\$ 90 adicionais como “merreca” e acusou o governo de tentar “comprar votos dos pobres”.

O deputado Zé Trovão, também do PL, chegou a apresentar uma ação no Tribunal Superior Eleitoral para suspender o reajuste.

O episódio reforça uma contradição: ao mesmo tempo que critica o reajuste destinado às famílias mais pobres, o programa do candidato apresenta medidas voltadas à redução de custos e encargos para o setor empresarial.

O que não aparece no programa
As ausências também revelam as prioridades de um projeto de governo.

O plano de Flávio Bolsonaro não apresenta compromisso explícito com uma política permanente de valorização real do salário mínimo. Também não traz uma estratégia estruturada para combater a pejetização fraudulenta, proteger trabalhadores por aplicativos ou assegurar igualdade salarial entre mulheres e homens.

Não há destaque equivalente para o combate ao trabalho infantil, ao trabalho análogo à escravidão ou para o fortalecimento da economia solidária e popular.

O trabalho aparece principalmente como um custo a ser reduzido. O trabalhador é tratado como alguém que deve se adaptar sozinho ao mercado, tornar-se empreendedor ou aceitar contratos mais flexíveis. A responsabilidade das empresas e do Estado pela garantia de empregos dignos fica em segundo plano.

Se não fosse o movimento sindical

Sem o movimento sindical, o trabalhador não teria quem negociasse coletivamente salários, benefícios, jornadas e condições de trabalho.

Foi a luta organizada que ajudou a conquistar:

6x1: Sem proposta para reduzir a jornada

O plano de Flávio Bolsonaro não assume compromisso com o fim da escala 6x1 nem com a redução da jornada para 40 horas semanais.

Enquanto milhões de brasileiros reivindicam mais tempo para descansar, cuidar da família, estudar e viver, o programa fala em jornadas flexíveis e acordos diretos entre patrões e empregados.

Aliados do candidato também atuaram no Senado para dificultar o avanço da proposta aprovada pela Câmara que reduz a jornada máxima de 44 para 40 horas e garante dois dias de descanso por semana.

O plano do candidato, por sua vez, reafirma o “negociado sobre o legislado” e não apresenta uma alternativa concreta para acabar com a rotina de seis dias de trabalho para apenas um de descanso.

Salário mínimo e política de valorização: sindicatos e centrais pressionam permanentemente por reajustes acima da inflação e aumento do poder de compra.

13º salário: aprovado em 1962 depois de greves e mobilizações enfrentarem a oposição de setores empresariais que diziam que o direito quebraria o país.

Jornada limitada e descanso remunerado: a mobilização operária garantiu limites ao tempo de trabalho, repouso semanal e férias sem perda de salário.

Licenças maternidade e paternidade: a negociação coletiva abriu caminho para a ampliação de prazos e para o reconhecimento das responsabilidades familiares.

Auxílio-creche: acordos e convenções coletivas garantiram o benefício em diversas categorias.

Saúde e segurança: adicionais de insalubridade e periculosidade, comissões de prevenção, equipamentos de proteção e reconhecimento de doenças como LER/Dort resultaram de pressão e negociação.

Proteção contra o desemprego: seguro-desemprego, FGTS, aviso-prévio proporcional e outras garantias protegem o trabalhador e sua família depois da demissão.

Combate ao assédio e à discriminação: cláusulas coletivas criaram canais de denúncia, medidas contra o racismo, proteção às mulheres vítimas de violência e punições para práticas discriminatórias.

Direitos LGBTQIA+: sindicatos conquistaram a extensão de planos de saúde e outros benefícios a casais homoafetivos antes mesmo do reconhecimento nacional dessas uniões.

Direitos no trabalho remoto: ajuda de custo, fornecimento de equipamentos, controle da jornada e direito à desconexão passaram a integrar acordos coletivos.

Proteção diante das novas tecnologias: sindicatos negociam limites para o controle por algoritmos, uso de inteligência artificial, metas abusivas e monitoramento dos trabalhadores.

Essas conquistas mostram por que enfraquecer sindicatos interessa a quem pretende reduzir salários, ampliar jornadas e retirar direitos. Um trabalhador isolado pode ser pressionado. Uma categoria organizada tem força para negociar.

Organização coletiva é democracia

O sindicato não substitui o trabalhador. É o instrumento por meio do qual trabalhadores de uma mesma categoria transformam necessidades individuais em reivindicações coletivas.

É também essa organização que permite fiscalizar empresas, denunciar abusos, negociar participação nos lucros, ampliar benefícios e impedir que avanços tecnológicos sejam usados apenas para cortar empregos e intensificar o trabalho.

O plano de Flávio Bolsonaro não oferece uma política consistente de valorização do trabalho. Oferece contratos mais baratos para as empresas, acordos individuais em relações desiguais e menos espaço para a representação coletiva.

Ao atacar sindicatos, o candidato não combate privilégios. Ataca a capacidade de trabalhadores e trabalhadoras se organizarem para conquistar e defender direitos.